

10 jun 2020 / 10:35

## **FENPROF reafirma, na Assembleia da República, necessidade de um rastreio à presença do SARS-CoV2 nas escolas**

(Quase) ninguém facilitou: o ministério do Trabalho testou os trabalhadores das creches, tendo sido detetados 54 casos; as universidades estão a testar toda a comunidade escolar; os governos das regiões autónomas da Madeira e dos Açores avançaram com os testes diagnóstico à Covid-19... só nos estabelecimentos dependentes do ministério da Educação não foram realizados testes, com exceção dos casos em que houve iniciativa das câmaras municipais. Portanto, uma vez mais, facilitismo e desrespeito pelos profissionais da Educação marcaram a postura do ministério que tutela a maior parte destes trabalhadores.

A FENPROF recordou que, apesar da grande diferença entre a situação epidemiológica em 13 de março (112 casos confirmados e ativos, sem registo de óbitos), data em que as escolas encerraram, e 18 de maio (29 209 casos confirmados, dos quais 21 548 ativos, com o registo de 1 231 óbitos), quando reabriram, nada foi feito no sentido de perceber se, com a reabertura das escolas secundárias (18 de maio) e dos jardins de infância (1 de junho), os estabelecimentos de educação e ensino passavam a ser espaço de transmissão da infeção.

A FENPROF lembrou os/as deputados/as presentes que as escolas, com exceção das que serviram para as reportagens televisivas, não foram previamente desinfetadas pelos militares, nem sequer as que tinham registo de casos de infeção antes do encerramento, incluindo a de Idães, em Felgueiras, que levou o Presidente da República a anular a agenda e permanecer, durante duas semanas, em quarentena.

Há escolas que, por terem sido realizados testes pelas respetivas câmaras municipais, puderam resguardar toda a comunidade escolar, como aconteceu em Gaia ou Vila Real. Contudo, há outras em que a presença do novo coronavírus foi detetada já depois de se ter reiniciado atividade presencial, não tendo o ministério da Educação feito o que se exigia: encerrado a escola, desinfetado adequadamente as instalações e realizado testes a toda a população escolar antes de voltar a abrir. São disso exemplo: Escola Secundária Amélia Rey Colaço, em Oeiras (que acabou por realizar testes, mas por iniciativa da respetiva câmara municipal), Escola Secundária Ferreira Dias, em Sintra, Escola Básica Vasco da Gama, em Lisboa, e Escola Secundária Braamcamp Freire em Odivelas. Decerto outras escolas terão problemas destes, mas a tutela parece ter optado por ignorar as situações não procurando identificar casos que deveriam merecer uma intervenção forte e atempada.

Para a FENPROF o facto de não se terem realizado testes antes da reabertura das escolas não invalida a sua realização agora, pelo contrário, impõe. O rastreio nacional às comunidades escolares deverá ser repetido em setembro, antes do início do próximo ano letivo. Como se sabe, em ambientes fechados a possibilidade de propagação do novo coronavírus aumenta 19 vezes, o nível de imunidade da população portuguesa é baixíssimo e se a infeção parece não ter grandes implicações na saúde dos mais jovens, o mesmo não acontece em relação à população mais velha, não devendo esquecer-se que mais de metade dos professores em Portugal já ultrapassou os 50 anos. No nível etário dos 50 aos 69 anos (em que se encontra a maioria dos docentes) já se confirmaram cerca de 10 000 casos de Covid-19, havendo registo de diversos óbitos, incluindo de professores que contraíram a infeção ainda antes do encerramento das escolas.

Aguarda-se, agora, o agendamento da discussão desta petição em sessão plenária, na qual se espera a aprovação de um rastreio nacional, nas escolas, à Covid-19.

O Secretariado Nacional